

Covas não diz quem apoiaria para 2º turno

São Paulo — O senador Mário Covas recusou-se a mencionar nomes, quando colocado diante da hipótese de, excluído do segundo turno, precisar escolher um candidato. "Se o candidato no qual você votou no primeiro turno não estiver no segundo, será preciso votar no que se aproxime de sua posição inicial", respondeu. "O meu partido, no mundo inteiro, ocupa o espaço de centro-esquerda. Qualquer que seja a situação do segundo turno — e espero que estejamos nele — estaremos com quem estiver mais próximo dessa posição".

Diante da insistência numa definição, Covas declarou que, hoje, não tem nenhum conceito formado. "Isso vai depender do quadro eleitoral. Mas não sei por que devo imaginar que Brizola, Collor ou Lula estarão no segundo turno".

AS DÍVIDAS

Mário Covas dedicou extenso espaço para comentar a situação econômica do país. Ele assegurou que é necessário atuar sobre dois aspectos: dívida externa e interna. "Qualquer processo de estabilização monetária que não passe pelas duas vertentes e no combate ao déficit público não terá sucesso. E mesmo que você opere dessa forma, não terá resultados no dia seguinte. Nossa proposta para a dívida externa passa por medidas unilaterais, como tentativas de renegociação. E até mesmo moratória, na hipótese de não se conseguir uma solução negociada".

Quanto à dívida interna, Covas afirmou que "não aceitamos a posição neoliberal, conservadora, de que Estado teve ter presença mínima ou inexistente na economia. Mas compartilhamos da condenação universal do Estado todopoderoso". E acrescentou: "É uma característica no mundo inteiro, que o governo capitalista ou socialista tenha uma influência bastante grande na economia. Não propriamente como dono de empresa. Eu acho que isso deve ser dirigido para outro lado. O Estado está inchado, atrofiado. A social-democracia tem uma sustentação de natureza ideológica. É um sistema de governo que apoia a economia de mercado, socialmente regulado, independente de cor, credo, condição de riqueza. Ele executa uma política de natureza social compensadora na distribuição de renda".

O candidato do PMDB acusou o Governo de omissão nas atividades de natureza social: "No mesmo instante em que se fala em privatização, é necessário pensar na desprivatização do Estado, ou seja, eliminar determinados "cartórios" ainda existentes na economia.